



Brasília, Fonte Arquivo Público do Distrito Federal

Perdão e conversão na política: mundano ou sagrado? O conteúdo paulino dos acordos políticos. Maragatos e Pica-paus, degola, ódio, intolerância política e a execução do pai de Leonel Brizola.

Max Telesca |



**Revista
Instituto Histórico Geográfico do
Distrito Federal**

Perdão e conversão na política: mundano ou sagrado? O conteúdo paulino dos acordos políticos. Maragatos e Pica-paus, degola, ódio, intolerância política e a execução do pai de Leonel Brizola

Max Telesca¹

Recebido/Recibido/Received: 07/03/2025

Aceito/Aceptado/Accepted: 08/05/2025

Publicado/Publicado/Published: 09/05/2025

“Saulo, Saulo, por que me persegues?” E ele disse: quem és, Senhor? E disse o Senhor: Eu sou Jesus, a quem tu persegues. (At 9:4-5).

RESUMO: O embate entre duas visões opostas e o enfrentamento renhido na política são as faces mais visíveis da atividade humana de busca pelo poder. A produção dos atritos entre lideranças, partidos políticos, campos ideológicos ou de interesses opostos gera chagas profundas. Adversários, entretanto, por vezes, encetam alianças a partir de reconciliações que pareciam ser impossíveis, como a união entre Maragatos e Chimangos no final da década de 1920 no Rio Grande do Sul, cujo fruto mais proeminente é a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. O perdão e a conversão na política são manifestações humanas derivadas apenas do seu senso pragmático, do seu instinto de sobrevivência? A partir das Revoluções gaúchas de 1893-1895 e 1923, bem como da execução do pai de Leonel Brizola nos estertores da Revolução Libertadora no Rio Grande do Sul, e a posterior adesão de seu filho ao trabalhismo getulista, o fenômeno é analisado, tendo como pano de fundo a conversão de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: Dialética hegeliana. Princípio da Impermanência. Alianças políticas. Adversários. Correntes políticas opostas. Ideologia oposta. Ato dos Apóstolos. Conversão de Paulo. Caminho de Damasco. Revolução Federalista. Revolução Libertadora de 1923. Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos. Borges de Medeiros. Positivismo. Silveira Martins. Castilhismo. Leonel Maria da Rocha.

¹ Advogado e escritor. Diretor Jurídico do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Membro da Academia Brasiliense de Letras, da Associação Nacional de Escritores e sócio correspondente da Academia de História de Canguçu.

Federalismo. Maragatos, Pica-paus e Chimangos. Getúlio Vargas. Degola. Leonel Brizola.

ABSTRACT: The debate between two opposing views and the close confrontation in politics are the most visible aspects of the human activity of seeking power. The friction produced between leaders, political parties and ideological camps or opposing interests creates deep wounds. Adversaries, however, sometimes form alliances based on reconciliations that used to seem impossible, such as the union between Maragatos and Chimangos in the 1920s in Rio Grande do Sul, which led to the rise of Getúlio Vargas to power as its most prominent result. Are forgiveness and conversion, in politics, human manifestations derived only from your pragmatic sense, from your survival instinct? Through the episode of the Rio Grande do Sul Revolutions of 1893/5 and 1923, as well as the execution of Leonel Brizola's father in the gasps of the 1923 Revolution in Rio Grande do Sul, and his son's subsequent adherence to Getulista labour movement, the phenomenon is analyzed, against the backdrop of Saint Paul's conversion.

KEYWORDS: Hegelian dialectics. Principle of impermanence. Political alliances. Adversaries. Opposing political currents. Opposing ideologies. Acts of the Apostles. Paul's Conversion. Road to Damascus. Federalist Revolution. (tirei o Liberating) Revolution of 1923. Rio Grande do Sul. Júlio de Castilhos. Borges de Medeiros. Positivism. Silveira Martins. *Castilhismo*. Leonel Maria da Rocha. Federalism. *Maragatos*, *Pica-paus* and *Chimangos*. Getúlio Vargas. Degola. Leonel Brizola.

1. Disputas políticas como representação mais vistosa da dialética hegeliana e da confirmação do princípio da impermanência budista.

A lógica dialética do confronto de teses e antíteses proposta por Hegel, a construção mais famosa e inteligível para o público maior do complexo edifício filosófico por ele construído, conduz a constatação na qual o debate eterno ocorrido na política nos leva ao progresso das ideias a partir da consagração da síntese como produto final dessa disputa. As teses lançadas por um grupo político baseadas em ideologias ou outros interesses são contestadas por uma ideia contraposta, a antítese. O choque entre as duas forças antagônicas forma a síntese, depois de movimento em direção ao sumo do embate.

Se se pode afirmar que filosofia é o método de verificação da construção do pensamento humano, de como é erigido o conhecimento a partir da inteligência e da mente, é possível afirmar que a dialética, em especial a hegeliana, utilizada por Marx e Engels para a construção da dialética histórica, é uma das formas de ordenar o pensamento na qual mais se pode visualizar o desenvolvimento histórico e, por meio

do processo político, o seu correspondente análogo mais palatável, mais amoldável à vista, uma vez que, pelo método dialético, há a construção dos níveis de pensamento por meio do contraste, na busca do conhecimento pela contraposição, de choque entre os opostos, da antagonização das formas de pensar, da verificação do debate das ideias contrapostas a produzir a síntese, conforme, de igual modo, se estabelece o debate público.

Nas negociações e embates políticos, na diplomacia que precede a guerra, mesmo na guerra e no cotidiano, a dialética é intrínseca, uma lei natural observada por Hegel ou mesmo sendo possível ser observada algumas de suas facetas descritas na filosofia budista, cujo princípio da impermanência é uma de suas leis fundamentais.

Tudo muda, inclusive o ideário político ao longo do processo histórico, e o que parecia consenso no passado, hoje se desfaz. A partir de tal premissa, a dialética hegeliana propõe um método filosófico baseado na ideia do desenvolvimento do pensamento e da realidade por meio de um processo de contradição e resolução. Hegel, pelo menos a partir da leitura de uma camada mais intermediária de sua profunda filosofia, propõe ser a verdade não um monolito estático, engessada, mas sim derivada do dinamismo.

A tríade hegeliana já aqui citada— tese, antítese e síntese — ilustra esse movimento: uma ideia (tese) gera sua contradição (antítese), e a interação entre ambas leva a uma nova compreensão (síntese). Esse processo não apenas descreve a evolução do pensamento humano, mas também reflete o desenvolvimento da realidade em si, onde a mudança é constante e, na política, necessariamente fugaz e muitas vezes volátil. Nuvem mutante, na expressão consagrada por Magalhães Pinto, o conceito de dialética é perfeitamente aplicável a ela.

Traçando um paralelo da filosofia ocidental para a oriental, no budismo, o princípio da impermanência informa que todas as coisas estão em constante mudança e que nada é perene. Tal visão se estenderia a todos os aspectos da vida, incluindo emoções, pensamentos e experiências.

Tanto a dialética hegeliana quanto o princípio da impermanência reconhecem a mudança como uma característica fundamental da realidade. Para Hegel, a evolução do pensamento é um processo contínuo que se resolve através da resolução de contradições. Para o budismo, a aceitação da impermanência leva ao reconhecimento de que a vida é uma série de transformações incessantes, não havendo bem que não cesse, nem mal permanente. Tudo passa, inclusive as ideias, que se aprimoram a partir dos conflitos, vistos por Hegel como um motor de desenvolvimento.

Essa tentativa de aglutinação de polos, observada sob o prisma dialético e da impermanência, busca introduzir o leitor deste artigo numa das disputas mais sangrentas da história política brasileira e, especialmente, nos frutos relevantíssimos e fundamentais delas derivados para a construção do Brasil moderno.

A luta entre Republicanos e Federalistas, conhecidos pelas alcunhas de Pica-paus, primeiramente, depois Chimangos², contra os ³Maragatos, em duas das três fratricidas revoluções riograndenses e, como ilustração de fundo, a unificação dos dois grupos promovida pela Frente Única e, posteriormente, pela Aliança Liberal e o simbolismo paulino contido na trajetória de Leonel Brizola, cujo pai, maragato, foi executado pelos chimangos, incluindo-se neles o produto mais bem acabado do castilhismo, Getúlio Vargas, a quem, posteriormente, o líder gaúcho adota como inspiração maior, quando da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB.

2. A Revolução Federalista de 1893-1895. Início da transição do Rio Grande rural platino para influenciar a brasilidade em meio à construção positivista brasileira. Maragatos e Pica-Paus. Rivalidade, mortandade, degola.

Gaspar Silveira Martins, no entanto, não pensava assim, de modo hegeliano, pelo menos naquele momento, nem em amálgamas, se formos partir de sua famosa frase, hoje lavrada em seu busto de bronze na sede do Legislativo gaúcho, utilizada para negar a possibilidade de uma aliança com os positivistas. O líder federalista, liberal de inspiração monarquista e apoiador do parlamentarismo após a proclamação da República, principal opositor de Júlio de Castilhos, era contra um acordo com os

² *Pica-paus* e *Chimangos* são alcunhas para o mesmo grupo político, mas em momentos históricos distintos. Na Revolução de 1893/95, o apelido dos Republicanos era *Pica-paus* em função do quepe utilizado pelos soldados legalistas seguidores das ordens de Júlio de Castilhos. Posteriormente, tornaram-se *Chimangos*, em razão do apelido dado à Borges de Medeiros, Antônio Chimango, uma ave de rapina dos pampas, por meio do antológico poema satírico de mesmo nome, publicado em 1915 pelo médico, jornalista e político gaúcho Ramiro Barcellos.

³ *Maragatos* foi o apelido dado aos Federalistas opositores dos Republicanos já na Revolução de 1893/5, politicamente liderados por Gaspar Silveira Martins e, posteriormente, na Revolução de 1923, por Assis Brasil. A alcunha se deve ao fato de que muitas das forças das milícias Federalistas eram recrutadas fora do Brasil, em através da liderança militar dos irmãos Aparício e Gumercindo Saraiva, binacionais ligados às oligarquias estancieiras da Campanha e da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, ou seja, na região fronteira entre o Brasil, Uruguai e Argentina. Um contingente expressivo dos soldados de Gumercindo vinha do Departamento de San José, no Uruguai, e estes descendiam de espanhóis provenientes da Maragatería, província de León. Por sua vez, os espanhóis de tal região, segundo extensa bibliografia, eram descendentes de mouros, berberes do norte da África. Os mitos e lendas do costume de execução por meio de degola giram também em torno dos costumes desses soldados, que teriam influências guerreiras da fase da história espanhola de guerras entre mouros e castelhanos, mas não há consenso se esse brutal modo de matar é uma derivação direta dos Maragatos, sendo certo que era costume das guerras da América espanhola.

positivistas e cunhou a famosa frase “Ideias não são metais que se fundem”, negando a fundo a possibilidade de composição com o outro lado.

Momentos há na história, entretanto, onde o enfrentamento é inexorável e foi o que aconteceu no Rio Grande do Sul em 1893.

A Revolução Federalista é, sem dúvida, o maior e, sob o ponto de vista de suas consequências para a relevância posterior dos gaúchos na política nacional, o mais importante conflito armado da história do Rio Grande do Sul e a maior guerra civil do Brasil, e, depois da Guerra do Paraguai e da Revolta de Canudos, também o maior morticínio brasileiro, estimando-se entre 10.000 e 12.000 o número de mortos. Considerada a população do Rio Grande do Sul em 1893 de 968.281⁴ habitantes, pode-se afirmar que mais de 1% da população gaúcha perdeu a vida nesse período, um estrago maior percentualmente que a Pandemia da Covid-19.

Desse grande número, estima-se ao redor de 1.000 as pessoas degoladas ao longo do período de 2 anos. A maioria em episódios coletivos, em festivais da morte conhecidos na história como massacres do Rio Negro e Boi Preto. Carlos Reverbel⁵ narra a celeuma em seu, já clássico, Maragatos e Pica-Paus:

A Revolução de 93 teve a duração de 31 meses e fez nada menos de 10 mil vítimas. Destas, mais de mil morreram por degolamento, calculando-se meio por baixo, sem querer forçar os algarismos. Chega-se a esta conclusão levando-se em conta a estatística das duas grandes sessões de degola da revolução - Rio Negro e Boi Preto - perfazendo ambas total aproximado a 700 gargantas seccionadas. Dando-se uma peneirada nas inúmeras versões existentes sobre as duas hecatombes, chega-se a uma distância aproximada da verdade dos fatos. Fizemos o possível para atingi-la. E não se diga que foi diminuto o número de degolamentos. A cifra avulta, em relação ao número total de mortos. Coisa de dez por cento. Ou mais, talvez. A contribuição de Rio Negro seria das mais substanciais para engrossar a sinistra estatística, assim como a de Boi Preto.

A degola de Rio Negro é mais envolta em lendas por contar com a presença protagonista do personagem negro Adão Latorre, um típico habitante do pampa, *double chapa*, neto de escravos uruguaios, capataz das fazendas do Gal. Joca Tavares que, quando em tempos de guerra no Brasil, servia às milícias maragatas, e no Uruguai, aos brancos dos irmãos Saraiva. Tenente-coronel nos dois lados da fronteira, diz o folclore que o próprio Adão teria degolado 300 pessoas sozinho, mas, obviamente, temos aqui uma lenda. O certo é que ele foi o orientador do massacre, sob ordens de

⁴ Teixeira, M., 2023, p. 9.

⁵ Reverbel, C., 1985, pp. 52/3.

Zeca Tavares. O diálogo⁶ abaixo, com tom racista, faz parte da história do Rio Grande do Sul quando, prestes a ser degolado, o Cel. Maneco Pedroso, de Piratini, desafeto pessoal de Zeca e Joca Tavares, tenta convencer Latorre a refletir e pensar num preço para deixar de lado a tarefa:

- Adão, quanto vale a vida de um homem valente e de bem?
- Valente, sim. De bem... não sei. A vida de um homem vale muito, a tua não vale nada. Está no fio da minha faca, não há dinheiro que pague.
- Pois então degola...Degola, negro filho da puta.

O número certo ou aproximadamente próximo da realidade em número mortos nos massacres de Rio Negro, promovido pelos Maragatos, e Boi Preto, pelos Republicanos, não é matéria pacífica. Não se sabe ao certo o número dos degolados. Não estudada com a profundidade com a qual deveria, em função de ser uma revolta de grande relevo político para a recém-fundada República, diante de seu conteúdo nacional, envolvendo os três estados do Sul do Brasil e oposição à Floriano Peixoto, bem como em razão de suas características internacionais, dada o interesse e apoio de Uruguai e Argentina aos revoltosos, a Revolução Federalista opunha modelos de Estado e de economia.

Se confunde com a segunda Revolta da Armada, uma vez que, em determinado momento, as duas insurreições se irmanaram, e se constitui no último conflito de grande relevância com pano de fundo platino, de influência platina, na história do Brasil, pois um de seus possíveis desfechos poderia ser a formação de um novo país em conjunto com o Uruguai.

Além de tudo, foi liderada, do lado dos Republicanos, por aquele que seria o idealizador do modelo das duas ditaduras vividas no século 20 no Brasil: Júlio de Castilhos. Este também um personagem pouco estudado na história brasileira, mas que é o pai, ou o avô, dos regimes ditatoriais no país. A Constituição Castilhista de 1891 traz um modelo autoritário constitucionalizado, no qual a fonte constitucional, ao lado das manobras políticas, métodos violentos, fraudes eleitorais e simulacros de instituições, foi adotada pelo Estado Novo e pela Ditadura Militar de 1964. Décio Freitas⁷ defende a seguinte tese:

Seria surpreendente se o castilhismo não fosse o substrato de uma ditadura instaurada por um de seus filhos diletos. Seguindo o modelo castilhista, Vargas estribou sua ditadura numa constituição que estabelecia as regras jurídicas a serem observadas. Criou instituições representativas, como uma câmara de deputados e um senado. Tais instituições não chegaram a ser instaladas, mas Vargas marchava nessa direção quando foi deposto em 1945. A essência da

⁶ Idem, pp. 53/4.

⁷ Freitas, D., 1998, pp. 201/202.

ditadura, escondida atrás de um véu constitucional - de acordo com o modelo castilhista - residia na concentração de todos os poderes do Estado no Poder Executivo.

Eleito pelo voto popular, em 1950, Vargas mostrou-se tão canhestro no exercício do poder democrático que provocou uma gigantesca crise política, cujo desfecho foi seu suicídio.

A segunda versão nacional do invento castilhista foi o regime militar de 1964. Seguindo o modelo, baseou-se numa constituição que mantinha as instituições representativas, encenava eleições e simulava a alternância republicana, exibindo assim todos os predicados formais de uma democracia.

Entretanto, o único poder real residia na pessoa do chefe do executivo, que podia, sob diversas formas, controlar o Congresso e anular a oposição.

O protótipo castilhista de ditadura sempre extasiou os autoritários brasileiros de direita e esquerda, a começar, naturalmente, pelos gaúchos. Na longa crônica de ditaduras da América Latina, só no México medrou um sistema semelhante ao castilhista. Coincidentemente, também a ditadura mexicana se abeberou no positivismo comtiano.

O colendo patriarca político do Rio Grande do Sul merece, com inteira justiça, ser reputado como o homem que inventou a ditadura no Brasil. Por influência sua, o Rio Grande do Sul se converteu em cidadela do autoritarismo brasileiro, e os gaúchos se especializaram em ditaduras.

O escritor peruano Mário Vargas Llosa cunhou, a respeito do regime mexicano, uma expressão lapidar: a ditadura perfeita. No entanto, é de justiça atribuir ao gaúcho Júlio de Castilhos o laurel da primeira ditadura perfeita que germinou na América Latina.

Além de tal herança, foi um dos mais importantes fomentadores de Deodoro da Fonseca para o golpe fundacional da República com a publicação n'A Federação, jornal do Partido Republicano Riograndense – PRR dirigido por Júlio, de vários manifestos e cartas dos militares brasileiros em desfavor do governo, do gabinete de Visconde de Ouro Preto, no episódio central para a detonação da “Questão Militar”, iniciada quando Deodoro da Fonseca presidia interinamente a Província do Rio Grande do Sul.

Do outro lado, estava o pivô, justamente, do ato da proclamação da República, na verdade do decreto de instituição do governo provisório republicano, pois foi somente após Deodoro da Fonseca, informado por Benjamin Constant, de que

Silveira Martins seria o chefe do próximo gabinete do Imperador Dom Pedro II, que o Marechal decidiria por instituir a República.

Tal fato se deu em razão de rixas pessoais entre Silveira e Deodoro, dentre as quais a principal, de fundo amoroso, a disputa por Maria Adelaide de Andrade Neves Meireles, Baronesa de Triunfo, viúva, filha de Andrade Neves. Na época, o Marechal estava no Rio Grande do Sul, primeiramente como chefe de armas da Província e depois como Presidente interino. Silveira Martins, Senador e Conselheiro do Império, fora indicado pelo Conde D'Eu para o posto vago com a derrubada de Ouro Preto e Dom Pedro II, sem conhecer o passado de desafeto do indicado para com Deodoro, acabou por aceitar a indicação e cancelar a péssima avaliação política do Conde.

Conhecedor dos bastidores, Benjamin Constant informa à Deodoro, que já havia voltado para casa, adoentado, após ter deposto o gabinete chefiado pelo Visconde de Ouro Preto, e ainda indeciso quanto à instituição da República, que Silveira Martins se tornaria o sucessor de Ouro Preto por indicação do Imperador. Era o elemento que faltava para o desfecho. Contrariado com a possibilidade de um inimigo assumir o posto, Deodoro sai de cima do muro e assina o decreto e temos até hoje uma República no Brasil.

No lado Republicano, legalista, Pica-pau, do lenço branco, liderado por Júlio de Castilhos, era defendido um Estado centralizador positivado por meio de uma Constituição Estadual autoritária, ferrenha e ditatorial, onde as leis eram geradas pelo próprio Poder Executivo, os mandatos poderiam ser exercidos consecutivamente, o vice-Presidente do Estado era nomeado pelo Presidente, cabendo ao Poder Legislativo apenas a votação do orçamento. Uma ditadura científica, uma monocracia, como se defendia abertamente, baseada nas ideias do filósofo Augusto Conte, positivista, defensor de uma religião sem Deus: a Religião da Humanidade ou Igreja Positivista⁸.

Por outro lado, o Federalista, Maragato, do lenço vermelho, cuja personificação se dava em torno de um dos mais importantes tribunos brasileiros à época, havia a defesa de um Estado liberal, menos centralizado, com estados mais autônomos, de um sistema parlamentarista de governo e, acima de tudo - e a razão principal da união de toda série de adversários dos legalistas, reunindo desde republicanos dissidentes, monarquistas a estancieiros descontentes com os rumos dados pelos positivistas ao Rio Grande - a revisão da Constituição do Rio Grande do Sul, especialmente de suas cláusulas autoritárias, a implementação de eleição do presidente por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; a eleição da Câmara também por quatro

⁸ Existe até hoje no Rio de Janeiro, na Rua Benjamim Constant, no Bairro da Glória a sede brasileira da Igreja Positivista, mas a informação no google é de que se encontra permanentemente fechada. Em Porto Alegre, na Avenida João Pessoa, um templo da Religião da Humanidade ainda está aberto à visitação.

anos por distritos eleitorais; a autonomia municipal; o Poder Judiciário dos estados e a liberdade de imprensa.

Centralização x federalização e, na economia do Rio Grande do Sul, duas visões, uma, agropecuária, oligárquica, voltada para a antiga elite estancieira gaúcha, de orientação primária e com uma influência dos dois países platinos. A segunda, vencedora, de orientação industrial, influenciada pela modernização já experimentada pelo centro do país, organizava as colônias de imigrantes na Serra Gaúcha, retirando-as do isolamento com a recuperação das rotas de navegação dos rios serranos até Porto Alegre e implantação das linhas telegráficas.

Esse novo modelo econômico, com a morte precoce em 1903 de Júlio de Castilhos, foi levado adiante, a ferro e fogo, junto com uma organização administrativa, por Borges de Medeiros, seu sucessor e, de acordo com uma corrente majoritária de interpretações econômicas, criou condições para um desenvolvimento muito importante no início do século 20, fazendo do RS a terceira economia brasileira, com 15% da produção industrial, perdendo apenas para SP, com 16,5% e RJ, ainda o líder, com 33,1%.

A Revolução Federalista acaba virtualmente com a morte do caudilho Gumercindo Saraiva, por bala de atirador de elite, em 10 de agosto de 1894, no Capão do Carovi, sem combate, após ser perseguido durante meses pela 4ª Brigada da Divisão do Norte, liderada por ninguém menos que o Senador, à época licenciado para o conflito, Pinheiro Machado, mas estende-se melancolicamente até abril de 1895, com a morte miserável do Almirante Saldanha da Gama em solo gaúcho, pela lança de soldado uruguaio. Degolado e esquartejado em Campo Osório, nas proximidades de Santana do Livramento, o líder da Segunda Revolta da Armada cai em combate junto de outras centenas de mortos, dentre os quais, em torno de 100 marinheiros que sequer sabiam montar, a exemplo de Gumercindo, que também tivera seu corpo profanado e sua cabeça arrancada para ser levada, numa caixa de chapéu, às mãos de Júlio de Castilhos em Porto Alegre.

Alguns historiadores defendem a tese de que está muito mais contida na personalidade forte, irascível e dada ao combate dos dois principais personagens dessa guerra, as razões do conflito e de sua exacerbada sanguinolência, do que propriamente nos interesses e ideais que eles representavam. Para a finalidade do presente artigo, a importância da Revolução Federalista é a demarcação de rivalidade fratricida nutrida por sangue e ódio entre dois polos ideológicos e de interesses que vai marcar profundamente a história e a sociedade gaúcha por quase 40 anos e o inconsciente coletivo do Estado do Rio Grande do Sul até hoje, provocando, não obstante, a partir dos materiais produzidos pelo atrito de tal antagonismo, também, a criação de uma parcela fundamental da elite política brasileira decisiva para influenciar os principais movimentos que derrubaram a República Velha, como o

Tenentismo e a Revolução de 1930, bem como a Revolução Libertadora de 1923 no Rio Grande do Sul, decorrência direta da Federalista.

3. As fraudes eleitorais e o quinto mandato de Borges de Medeiros. A Revolução de 1923. Chimangos e Maragatos. O Pacto de Pedras Altas. Frente Única, Pax Getulista e Aliança Liberal. Amálgama de ideias que se fundiram.

Com a derrota dos Maragatos, o Rio Grande do Sul ingressa num período de paz armada durante os 35 anos seguintes. Em novembro de 1897, Borges de Medeiros elege-se num “pleito sem adversários” e assume a Presidência do Estado em janeiro de 1898. Com exceção do período entre 1908 e 1913, quando esteve à frente do Executivo o Republicano Carlos Barbosa, ele dirige com mão de ferro o RS até janeiro de 1928, quando entrega o cargo para Getúlio Vargas, consagrando-se como o homem brasileiro que mais exerceu o primeiro cargo do Poder Executivo estadual no período republicano.

Foram 25 anos de eleições ininterruptas permitidas por cláusula constitucional da Constituição Castilhistas, cujo artigo 9º previa mandato de 5 (cinco) anos e a *impossibilidade* de reeleição, salvo se o candidato a presidente obtivesse $\frac{3}{4}$ (três quartos) do eleitorado⁹. O período foi marcado por fraudes eleitorais, violência política, voto a cabresto, perseguições a adversários e até os mortos votavam a partir de alistamentos eleitorais viciados.

O Borgismo, em realidade, reproduzia, em proporção local, o conjunto de práticas políticas autoritárias, de eliminação de oposições, utilizadas pela República Velha para a homeostase política na base do mandonismo e do coronelismo. O modelo, produtor de ódios, violência política e intolerância, ficou conhecido como “Política dos Governadores”. Assim, os governadores dos estados, sem sofrer intervenções por parte dos chefes do Executivo Federal, mandavam, desmandavam e retribuíaam ao Presidente da República apoio fiel no Congresso, com remessa de representantes alinhados com o Governo Federal. Seus votos, obviamente, provinham do sistema viciado.

O ódio entre os dois polos estabilizou-se durante todo o período dos cinco mandatos borgistas do mesmo pelo qual o vapor é encapsulado dentro de uma panela de pressão. Ao longo do período de fraudes e violência política sistêmica, o Estado do Rio Grande do Sul, não obstante, experimentou crescimento econômico, ao tempo em que uma imagem de austeridade e probidade de Borges de Medeiros era

⁹ Sempre houve polêmica jurídica acerca da interpretação sobre se os $\frac{3}{4}$ se referiam ao número de votantes ou do número de aptos a votar.

cultivada, não se tendo notícia de enriquecimento do líder nem de escândalos envolvendo seu nome, sem embargo da ausência de órgãos de controle independente das contas públicas.

No artigo “A noite do Bambu”, no qual o autor Corálio Bragança Pardo Cabeda¹⁰, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, examina os aspectos nefastos para a economia e as consequências da intolerância política entre os gaúchos da cidade de Canguçu, a partir do episódio da recepção terminada literalmente *a pau* ao Deputado Federal do Partido Federalista, Antunes Maciel, naquele município, descreveu-se a farsa das apurações dos votos efetuada pelo então intendente de Canguçu que “apurara” sozinho num quarto de hotel em Porto Alegre a votação no município que governava. A fraude é reconhecida até mesmo no livro de Memórias da Revolução de 1923 de um dos principais aliados de Borges na guerra civil, o Gal. Flores da Cunha.

O artigo também descreve outros episódios de intolerância e violência política, como a profanação da Igreja Nossa Senhora da Conceição, sua transformação em estábulo, na Revolução Federalista, a mando do intendente castilhistas, Cel. Bernardino Motta, e o espancamento de Domenico Caneo Telesca, advogado e proprietário do Hotel Brasil, onde residia a maior parte dos “provisórios” de Borges de Medeiros:

Entretanto, esse documento, notável pelo ineditismo de seu conteúdo, não parece ter moderado os ímpetos do mandonismo local, pois o Relatório de 1908 do vigário da freguesia, Pe. José Bem, consignava que, durante a Revolução de 1893, o intendente coronel Bernardino Motta “homem ateu e avesso à Igreja”, havia escancarado as portas da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição para dela fazer uma cocheira e dado ordem de saque!

Terminada a guerra civil, nem assim cessou o clima de ódios e violências, pois ao adversário da situação era defeso alcançar o poder pela via democrática do sufrágio, em face da constituição estadual e da legislação eleitoral vigentes, propiciatórias de toda a espécie de fraudes e manipulações.

Na eleição estadual de 25 de novembro de 1922, além dos conhecidos expedientes de anulação de títulos eleitorais por pessoas inabilitadas para isso, duplicidade de cédulas, transferências de mesas, chegou-se ao ridículo de o intendente municipal efetuar a apuração do pleito no quarto do hotel em que se hospedara em Porto Alegre!

¹⁰ Cabeda, C., 1998, p. 22.

E tão bem se houve o solitário escrutinador, que Borges de Medeiros, derrotado por 1.145 votos contra 1.356 dados a Assis Brasil, terminou vencedor com 958 votos contra 745 de seu oponente...

No 2º distrito de Canguçu, onde Borges de Medeiros obtivera apenas 3 votos contra 344 de seu adversário, a eleição foi anulada.

(...)

Alguns soldados do 12º Corpo Auxiliar hospedavam-se no Hotel Brasil, de propriedade de Domingos Caneo Telesca e, como estivessem com o soldo em atraso, viviam praticamente sustentados pelo referido cidadão. No dia do incidente, a esposa de um dos soldados pediu à esposa do hoteleiro que não o deixasse sair para a reunião dos oposicionistas. Domingos Caneo Telesca foi uma das vítimas do espancamento.

Decidida a obstaculizar mais um mandato de Borges, que enfrentava defecções políticas, desgastes e uma *crise econômica derivada do pós-guerra e de empréstimos tomados pelo governo estadual e ruralistas endividados e sem crédito*¹¹, a oposição buscou um nome de grande relevo com a capacidade de construir uma composição entre os três principais grupos: federalistas, democratas de Assis Brasil e republicanos dissidentes, formando a Aliança Libertadora.

A fraude fora tão desabrida e notória que foi imortalizada em trecho famoso da obra-prima, O Tempo e o Vento, quando Érico Veríssimo narra a chegada dos membros da Comissão de Constituição e Poderes da Assembleia de Representantes junto de Borges para dar a notícia da derrota. Antes, porém, de fazerem menção, ao menos verbal, aos números já fraudados, mas não o suficiente para dar os $\frac{3}{4}$ necessários exigidos pela Constituição Castilhista para a reeleição, mas com certeza corporal, o Presidente do Estado teria dito que já sabia o motivo da presença dos deputados.

O primeiro trecho abaixo é de Flores da Cunha¹², no já citado *A Campanha de 1923*, o segundo, de Érico Veríssimo, em *Lira Neto*:

Realizadas as eleições para presidente do Estado, por terminação do mandato do dr. Borges de Medeiros, que já o exercera cinco vezes, começaram os oposicionistas uma campanha feroz contra o que denominavam usurpação, visto, alegavam, não ter o candidato oficialista alcançado, na forma da Constituição, os três quartos do eleitorado que comparecera e votara. Sobre a procedência dessa reclamação, corriam, àquele tempo, várias versões: dizia

¹¹Neto, L., 2012, p 182.

¹² Cunha, F., 2023, pp.7/8.

uma delas que a comissão da Assembleia Legislativa, encarregada de estudar o pleito, contara os votos e apurara que, feitas as anulações indispensáveis, os resultados davam como reeleito o dr. Borges de Medeiros; afirmava outra que fora a referida comissão a primeira a verificar que não era possível dar como vitoriosa aquela candidatura.

Propalou-se até que, em vista desse resultado, a comissão designara alguns de seus membros, dos mais fiéis e dedicados partidários do dr. Borges de Medeiros, para lhe comunicarem as conclusões a que havia chegado no exame e inquérito da eleição.

Não puderam, porém, desempenhar-se da missão recebida os fiéis e dedicados partidários do dr. Borges de Medeiros, porque este, ao vê-los entrar na sala em que os tinha por costume receber, se adiantou e disse-lhes que já sabia que eles ali haviam ido para o felicitar pela reeleição.... Os homens emudeceram e nada mais puderam dizer ou fazer!..

Foi, então, necessário recorrer à alquimia eleitoral, à manipulação das cifras, à anulação de atas!

Os deputados se entreolharam, se acovardaram e viram que não havia outro remédio senão representar também a farsa. Voltaram para a Assembleia com o rabo entre as pernas, fecharam-se a sete chaves e trataram de fazer a alquimia de costume para não decepcionar o sátrapa.

[...]

- Eu não esperava que o doutor Getúlio se prestasse a essa indignidade.

[...]

- Ora o doutor Getúlio! O que ele quer é fazer a sua carreira política na maciota. Vai ser agora deputado federal.

E foi. Foi eleito deputado federal e depois Ministro da Fazenda de Washinton Luís. Entretanto, após ter participado e engendrado a “alquimia” de votos cujo efeito foi dar o quinto mandato fraudado para Borges de Medeiros, viu o estouro do terceiro e último episódio revolucionário de grandes proporções em solo riograndense.

O presidente da República recém-eleito, fiel ao ideário base do não intervencionismo da política dos governadores, não quis ingressar nas questões gaúchas e, no dia 08 de janeiro de 1923, antes mesmo da posse de Borges, marcada para o dia 25, o Deputado Estadual Arthur Caetano da Silva, do Partido Federalista, antecipa os combates e inicia cerco à cidade de Passo Fundo, no movimento que pedia a deposição de Borges de Medeiros, a intervenção federal no Rio Grande, além de diversas outras reivindicações girando, sempre, em torno da moralização do sistema eleitoral riograndense e brasileiro de fraudes inequívocas, além da defesa dos interesses da oligarquia rural pampeana empobrecida e do ódio sistêmico entre os grupos rivais alimentado por duas décadas de ditadura castilhistaborgista.

A Revolução Libertadora de 1923 durou menos tempo, matou menos gente, foi menor em abrangência territorial, não teve tanto apoio estrangeiro, mas, considerada ser decorrência lógica da Federalista, foi a que surtiu efeitos práticos e consequências políticas mais rápidas. A República Velha estava desgastada, havia o início do movimento tenentista, a política Café com Leite iniciando seu processo de corrosão, o sistema político eleitoral era contestado, as fraudes campeavam no Brasil. Borges de Medeiros, apesar de não ter apoiado a eleição de Arthur Bernardes e ter jogado grande força política em Nilo Peçanha na eleição presidencial na qual este saiu derrotado pelo representante do rodízio entre mineiros e paulistas, por aquele não sofreu a retaliação imaginada por Assis Brasil a partir de uma hipotética intervenção no Rio Grande do Sul, mantendo neutralidade no conflito gaúcho, como se fosse um território autônomo dentro do país.

Desdobramento da sangrenta Federalista, a de 1923, menos organizada, separou suas frentes em 6 divisões lideradas por caudilhos herdeiros da tradição de cargas de cavalaria, guerra de guerrilhas e menos guarnecidos por armas de fogo. Os revolucionários Menna Barreto e Leonel Rocha, este último veterano de 1893, no norte, Felipe Portinho, no Nordeste do RS, Estácio Azambuja, também experimentados na Federalista, na Região Central, Francisco Marinho nas lagoas e litoral, Zeca Netto, castilhistas na jornada anterior, na Região Sul e, por fim, ao lado deste último em glórias, o mais lendário, também maragato na revolução anterior, Honório Lemes, na Campanha e Missões enfrentaram a Brigada Militar e milícias organizadas a partir de coronéis da Guarda Nacional, chefetes republicanos espalhados ao longo do mapa riograndense pela máquina borgista, os famosos *Corpos Provisórios*, munidos de fuzis, metralhadoras e até duas aeronaves. Desta vez, ao contrário do que ocorrido nos primeiros anos da República, quando Floriano Peixoto fora essencial para debelar a revolta, as Forças Armadas ficaram neutras, aquarteladas.

Do lado dos Republicanos, alguns dos mais importantes líderes políticos gaúchos que depois ganhariam vulto nacional, como o já citado Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, nas campanhas da fronteira oeste, o próprio Getúlio Vargas, que serviu no início dos conflitos para logo depois voltar ao cargo de Deputado Federal no Rio de Janeiro para defender o governo borgista da intervenção, além do veterano de 1893, Gal. Firmino de Paula, algoz da matança de Boi Preto, e do Deputado Estadual Firmino Paim Filho.

Os combates entre Chimangos e Maragatos, desta vez, foram muito desproporcionais. Enquanto os legalistas usavam armas de fogo, aos revoltosos, com o objetivo precípuo de buscar uma intervenção federal, sobravam apenas as escaramuças, poucas e antigas armas de fogo, táticas de guerrilhas, atacar e logo retroceder e as velhas cargas de cavalaria com lanceiros, as derradeiras a fechar um ciclo de mais de dois séculos de revoluções em solo gaúcho.

Não obstante a desproporção, mais comedimento nas degolas, muito mais em função do cansaço do modelo político e econômico do que dos resultados mortais de 10 meses de refrega, Maragatos e Chimangos começam a parar de se matar no final de 1923, quando Arthur Bernardes destaca para servir de mediador o General Setembrino de Carvalho. Veterano de 1893, agora Ministro da Guerra, já havia pacificado a Sedição de Juazeiro, a Guerra do Contestado e atuado no levante dos 18 do Forte de Copacabana, o gaúcho de Uruguaiana era respeitado por ambos os lados e articulou a chamada Paz de Pedras Altas¹³, cujos postulados, entre outros pontos, serviu para ajustar emendas constitucionais à Carta Castilhistas, garantindo a representação da minoria, impondo o fim da reeleição do Presidente do Estado, a eleição do vice-Presidente, a eleição dos intendentes municipais, anistia aos revoltosos, e, talvez o mais importante, aquele dispositivo apontado como o embrião da Justiça Eleitoral brasileira, independente até os dias de hoje, cuja criação se deu, justamente, para debelar o sistema de voto a descoberto, a cabresto, à bico de pena e a fraude sistêmica nas eleições brasileiras:

TERCEIRA – Consignar no projeto de reforma judiciária uma disposição que conceda à justiça ordinária a atribuição de julgar os recursos referentes às eleições municipais.

Além de legar ao Brasil a instituição de eleições livres e o dispositivo legal a prever a criação de um órgão eleitoral independente do Poder Executivo, e que serviria, em 1932, de motivo determinante para a instituição do primeiro Código Eleitoral brasileiro, assim chamado de Código Assis Brasil, o mais importante legado da Paz de Pedras Altas foi a pacificação do Rio Grande do Sul e o sepultamento do ciclo de governos castilhistas/borgistas para o ingresso em cena da personagem que iria mudar a história republicana brasileira no século 20.

Após terminar seu mandato, a maior condição de Borges para a assinatura do pacto, Getúlio Vargas é escolhido por ele para sucedê-lo. Em 1928, sem sofrer oposição dos Federalistas, Getúlio entabula a semente da Frente Única, um acordo político que envolvia a participação de velhos maragatos em meio ao governo do maior de todos os castilhistas e, posteriormente, antes de candidatar-se à Presidência da República, delega à Antunes Maciel, o mesmo, já citado, recepcionado em Canguçu, deputado federal do Partido Federalista, agora eleito pela Aliança Libertadora e grande expoente no engendramento do acordo de Pedras Altas, a tarefa de buscar junto à Assis Brasil as exigências dos opositores para ingressarem na Aliança Liberal que o levaria a disputar, em acordo com Minas Gerais e Paraíba, a posição central do poder no Brasil.

¹³ Pedras Altas é o nome da localidade na qual se firmou o pacto, onde se encontra até hoje o castelo de inspiração medieval erigido por Assis Brasil. Aparelhado com relíquias e uma biblioteca reunidora de clássicos da literatura universal, entre eles a primeira edição da enciclopédia de Diderot, o imóvel é uma construção inusitada em meio ao pampa gaúcho. À época pertencente ao Município de Pinheiro Machado, Pedras Altas hoje é um município.

Sabedor da necessidade de consolidação da paz interna, Getúlio troca telegramas com Assis Brasil, entre Porto Alegre e Pedras Altas. O acordo programático, visto nos dias de hoje, deveria causar ruborização de faces na atual classe política por não envolver interesses menores e clientelistas. Lira Neto¹⁴ narra o episódio:

Naquela tarde de 25 de julho de 1929, uma quinta-feira, Getúlio pôs a folha de papel em branco à frente do deputado federal Antunes Maciel Júnior e pediu que ele escrevesse ali, sem quaisquer reservas, todas as exigências que os libertadores julgassem necessárias para apoiar sua candidatura à presidência da República. Sem a efetiva adesão dos antigos desafetos, não sairia candidato, afirmou Getúlio. Algum tempo antes, ninguém poderia imaginar cena parecida.

(...)

Getúlio não poderia ter escolhido melhor intermediário. Vinte e quatro horas depois, na sexta-feira, um aplicado Antunes Maciel voltou ao palácio com cinco folhas datilografadas com capricho em papel timbrado do Grande Hotel. Registrara uma espécie de ata detalhada da conversa anterior e, ao final, fizera o inventário de exigências. No topo da lista, colocou a anistia ampla aos revolucionários tenentistas e a adoção do voto secreto em todo o país como requisitos indispensáveis. No plano regional, arrolou a independência do Judiciário em relação ao Executivo gaúcho e o fim das disputas entre os dois partidos estaduais pelas cadeiras da Assembleia dos Representantes, que deveriam ser divididas de modo equânime a partir de então. Ao final do texto, Maciel ainda condicionava: o futuro substituto de Getúlio no governo rio-grandense também teria que surgir de comum acordo entre republicanos e libertadores.

Getúlio Vargas, o político que pregara contra o voto secreto, o ex-deputado que comparara a Coluna Prestes a uma horda de cangaceiros, leu o que Maciel havia escrito e, talvez para surpresa do interlocutor, não fez nenhuma objeção. Achou tudo muito razoável. Se aqueles eram os termos para um pacto, disse Getúlio, não havia por que rejeitá-los. Apenas cobrou pressa nos entendimentos.

O amálgama estava solidificado e, contradizendo a máxima gasparista da impossibilidade de fusão das ideias como se metais fossem, a Frente Única consolidada, a Aliança Liberal iria adiante no plano nacional e o Rio Grande do Sul,

¹⁴ Neto, idem, pp. 327 e 329.

até os dias de hoje, não veria nenhuma rivalidade com a mesma intensidade. Estava selada a *Pax Getulista*.

Assis Brasil, fiel do acordo, havia escrito em seu clássico *A Democracia Representativa*: “Politicamente, é imoralidade reunirem-se indivíduos de credos diferentes, com o fim de conquistar o poder, repartindo depois, como causa vil, o objeto da cobiçada vitória.” A história, no entanto, absolveria a junção entre os dois polos antagônicos mais encarniçados da história política brasileira. A derrubada da República Velha foi um dos passos mais edificantes do Brasil e o nada profano acordo programático é mais sagrado que mundano.

4. Execução de José Brizola, o Bejo. Filho de maragato, Leonel Brizola adota nome de caudilho sem-terra e forma a juventude petebista aliando-se e tornando-se pupilo do mais proeminente chimango: Getúlio Vargas.

Os anos seguintes ao final de 1923, entretanto, ainda assistiriam a estertores de combates em 1924, 1925 e 1926 liderados por comandantes resistentes à Paz de Pedras Altas, como Honório Lemes, Zeca Netto e Leonel Rocha, mas os interesses regionais já estavam em segundo plano em razão de que tais conflitos estavam mais vinculados ideologicamente com o plano federal: o movimento Tenentista. Irmanados com alguma insurgência ao término do mandato de Borges, buscavam a deposição de Arthur Bernardes os comandantes Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa e Luís Carlos Prestes, a liderarem, os dois primeiros, a posterior Revolta Paulista de 1924 e o terceiro, o famosa Coluna Miguel Costa-Prestes. Daí a inclusão nas reivindicações libertadoras, da cláusula de anistia aos tenentes.

O episódio da morte de José Brizola se dá no final da Libertadora, ainda não em meio a este caldo de conflitos residuais, mas já no arrefecimento de ânimos, no mês de outubro de 1923, às vésperas da chegada de Setembrino de Carvalho a Porto Alegre. O Ministro da Guerra é saudado na capital gaúcha no dia 20 de outubro; José Brizola é morto no dia 11 do mesmo mês.

Há na cronologia dos combates constantes do “Diário de 1923”, de José Narciso da Silveira Antunes¹⁵, a anotação de que as forças maragatas de Leonel Rocha se entreveraram com as dos chimangos Victor Dumoncel Filho e Vazulmiro Dutra no dia 10, um dia antes de José Brizola ter sido executado, no combate do Passo do Góes, em Palmeira das Missões, próximo da localidade de Cruzinha, onde residia Bejo, um pequeno agricultor, e sua família. Há falas de alguns escritores e

¹⁵ Antunes, JN., 2023, p.106.

escritos não comprovadas de que Bejo teria sido degolado na frente dos filhos, dentre os quais o ex-governador do RS e RJ. Provavelmente essa circunstância se deva mais a uma tentativa de tingir com tintas dramáticas o episódio. É provável, contudo, pelos diversos depoimentos colhidos em algumas bibliografias, que o pai de Leonel Brizola estivesse voltando desse combate para casa quando foi surpreendido pelas tropas de um destes coronéis. O jornal Zero Hora assim relatou em matéria¹⁶ de Carlos Rollsing e Humberto Trezzi:

*Antes do acordo de paz, porém, ocorreram diversos acertos de conta. Um deles foi no interior de Carazinho, em outubro de 1923. Tropas do coronel chimango Vitor Dumoncel, o Tutucha, natural de Santa Bárbara do Sul, decidiram se vingar de um desafeto maragato, o pequeno fazendeiro José Brizola, o Bejo. Ele teria atacado propriedades dos Dumoncel durante a guerra civil. A versão foi confirmada à **GaúchaZH** por descendentes dos Dumoncel. José Brizola foi cercado por um piquete dos chimangos e se entregou. Junto a ele estava sua família, incluindo o filho menor, Leonel Itagiba Brizola, que seria futuro governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. Os guerreiros do lenço branco amarraram Bejo a um pé de laranjeira e o fuzilaram. Outras versões, nunca comprovadas, falam em degola. Quando vivo, o governador Brizola evitava falar no assunto, embora confirmasse a morte do pai por fuzilamento.*

O próprio Leonel Brizola, segundo o perfil bibliográfico “El Caudillo”, de FC Leite Filho¹⁷, não confirma a morte do pai por degola, mas informa seu retorno à casa, como dito, provavelmente após o combate de Passo do Góes ou de viagem longa. Abaixo, além do depoimento do líder, há a fala de sua irmã mais velha, Quita Brizola:

Ali mesmo, em Cruzinha, no noroeste do Estado, a 275 quilômetros da capital, o tropeiro José Brizola foi morto a tiros à beira de um rio, em 11 de outubro de 1923. José tinha servido num corpo provisório, comandado por Leonel Rocha, líder camponês vinculado aos maragatos, que se contrapunham aos chimangos, numa daquelas revoltas, a Revolução Estadual de 1923. "Meu pai foi morto como tantos outros naquela época. Foi preso ao chegar em casa. A família não teve como avisá-lo, pois ele vinha a caminho. Ao receber ordem de prisão, despediu-se da família. Minha velha seguiu atrás daquele piquete (patrulha de soldados) com os filhos, a pé. Quando conseguiu chegar ao quartel-general, que ficava em Santa Bárbara (distante cerca de 30 quilômetros), o piquete já chegou sem ele. E a velha ali ficou com os filhos", contou Brizola, num depoimento gravado em vídeo ao jornalista Roberto D'Avila, da Intervídeo, em 1994.

¹⁶ Quando a política tem seus dias de faroeste, Jornal Zero Hora, 27/09/2019.

¹⁷ Leite Filho, FC., 2008, pp. 27/28.

A irmã mais velha, Francisca (Quita) Brizola, contou depois ao jornalista Ricardo Osman, autor do livro Leonel Brizola - Uma Trajetória Política, que naquela longa caminhada Leonel fora nos braços da mãe porque era muito pequeno (um ano e nove meses de idade).

"Eram uns cem homens que se esconderam no mato", recordou Quita a Osman°. "Nossa casa ficou em desordem, quebraram nossas coisas, e quando o pai retornou, foi preso. Minha mãe, com Leonel no colo, ainda foi atrás daquele grupo por uns quilômetros".

A história fora contada pela família, pois Brizola, nascido no dia 22.01.22, quando da morte de seu pai, contava com apenas 1 ano e 9 meses de vida, mas é fato que este episódio influenciaria o destino daquele que é chamado de último caudilho. Outro fato sincronístico relevante, é a questão relativa ao nome. A exemplo de Paulo, que muda seu próprio nome, Leonel Brizola também adota posteriormente ao nascimento o nome Leonel, abandonando o nome Itagiba. Na verdade, o líder gaúcho que adotaria o lenço vermelho como uma das suas marcas pessoais, nascera Itagiba Brizola. Em seu documento de batismo consta: Itagiba Leonel de Moura Brizola. Como fora batizado apenas dois anos após o nascimento, em 24.02.1924, já com dois anos, a viúva homenageou o líder maragato Leonel, juntando o nome Itagiba, de um irmão natimorto.

Já com 14 anos, na cidade de Viamão, na grande Porto Alegre, onde iniciava sua jornada como estudante secundarista, Itagiba Leonel, de batismo, que somente usava o nome em homenagem ao líder maragato, precisa retirar certidão de nascimento para cursar a Escola Técnica de Agricultura (ETA). A pedido do filho, Dona Oniva, a mãe de Brizola exclui o nome Itagiba.

Em 1945, com o início da redemocratização, o retorno dos partidos políticos e a previsão de novas eleições, Brizola, seguindo trajetória estudantil e política na capital do Rio Grande do Sul, aproxima-se do Partido Trabalhista Brasileiro e inicia a criação da Ala Moça do PTB de Getúlio Vargas. Leonel Brizola não tinha identificação com os comunistas do PCB, quem, segundo o próprio, pareciam ser os “donos da verdade” e com a UDN, onde encontrara apenas “punhos de renda”. O caudilho, identificado com as causas populares, em função até mesmo de sua história pessoal, passa a integrar o movimento de construção do PTB, fundado por Vargas para aglutinar a classe trabalhadora. Getúlio, nessa fase, é deposto por golpe de Estado em outubro de 1945, por temor do PSD, também fundado por Getúlio para acomodar os políticos de centro-direita que faziam parte do Estado Novo, de que disputasse as eleições, em função do movimento Queremista.

No período do auto exílio de Vargas em sua Fazenda Itu, em São Borja, Leonel Brizola, apesar da grande diferença de idade, torna-se amigo de Getúlio, casa-se com a irmã de João Goulart, Neusa Goulart, aquele também jovem pupilo do ex-presidente, adotando a figura política e, provavelmente, paterna do velho líder

Chimango, camaleônico, a esta altura da vida, preparando-se para o derradeiro “retorno nos braços do povo”, em sua última fase, agora de inspiração popular.

5. A aliança política como síntese e a conversão de Saulo de Tarso a caminho de Damasco. Separação entre política e religião.

São Paulo, depois de Jesus Cristo, é o principal nome, histórica e teologicamente, do cristianismo. Sem a existência de Saulo de Tarso não existiria a religião cristã, todas as suas vertentes e nem mesmo Jesus, de acordo com inúmeras teses, teria sido o formador da base do pensamento e da ética ocidental, da sociedade do Ocidente, em conjunto com a tradição grega, sem a pregação de Paulo nos anos que se seguiram à morte e ao mistério da ressurreição.

Ele é o único apóstolo não contemporâneo no tempo histórico de Jesus e, assim mesmo, é considerado como tal pela Igreja. Apóstolo Paulo é o construtor de bases teológicas morais fundamentais a partir de suas cartas, mas, fundamentalmente, é a partir de suas viagens pela atual Turquia, Europa mediterrânea, sobretudo Grécia, centro cultural na Antiguidade Clássica, e seu ingresso em Roma pelas quais se dá a difusão do ideário de Jesus e o momento de universalização da fé no Deus do amor, da compaixão, da fraternidade e do perdão, o Deus do Novo Testamento.

Paulo, cujo nome em hebreu era Saulo, nasceu em Tarso na Cilícia, um polo sócio-cultural da Ásia Menor, próximo da atual Síria, e centro de cultura grega. Tarso sofria influência romana, grega e judaica, um caldeirão cultural numa cidade portuária e universitária localizada nas imediações da costa nordeste do Mar Mediterrâneo.

Há muita romantização acerca da sua mudança de nome, Saulo, antes da conversão, para Paulo, convertido após o encontro com Cristo ressurrecto, mas a visão mais próxima da realidade é a de que tenha adotado o nome Paulo por razões pragmáticas, pois este é o similar em latim para Saulo, como João para Juan, do Português para o Espanhol, Domenico para Domingos, do Italiano para o Português. Buscando a evangelização, a expansão dos ensinamentos de Jesus, seria um caminho natural a adoção do nome na língua oficial do Império Romano. A história, entretanto, é fascinante quando vista sob o contraste sincrónico do pano de fundo de sua conversão posterior, pois, o cidadão romano Saulo, o perseguidor de cristãos, torna-se o apóstolo cristão Paulo, o maior difusor da fé criada por Jesus, paradoxalmente, num episódio fundador da história humana.

O propósito deste artigo, como dito, é a verificação dos sinais, da impressão dessa conversão na matriz arquetípica da política ocidental, antes, portanto, da doutrina de Maquiavel ou do pragmatismo, dada a inspiração subjacente da fé cristã no sistema ético-político ocidental, independentemente de crença. Com efeito, até mesmo acima da filosofia grega, dado o seu impacto mais espraçado e disseminado por todas as camadas populacionais, o cristianismo se constitui, até os dias de hoje, no episódio mais revolucionário do Ocidente.

Mesmo para não praticantes, não religiosos, não cristãos, a moral crística se encontra na base das relações ético-sociais. Os princípios morais de Cristo, a busca pela verdade filosófica ou científica, tradições seculares são heranças e adaptações de modos cristãos. De acordo com Tom Holland¹⁸, no monumental *Domínio*, ao explorar as consequências da crença em um trabalho de observação histórica de 2000 anos, compreende até mesmo os ateus como influenciados pelo cristianismo:

Hoje, em uma era de sísmico realinhamento geopolítico, quando nossos valores não se mostram nem de longe tão universais quanto alguns achavam ser, a necessidade de reconhecer quão culturalmente contingentes eles são é mais urgente que nunca. Viver em um país ocidental, é viver em uma sociedade ainda profundamente saturada de suposições e conceitos cristão. Isso não é menos verdadeiro para judeus ou muçulmanos do que é para católicos ou protestantes. Dois mil anos após o nascimento de Cristo, não é preciso acreditar que ele se ergueu dos mortos para ser marcado pela formidável – de fato inescapável - influência do cristianismo. Seja a convicção de que os mecanismos da consciência são os mais seguros determinantes das boas leis, de que a Igreja e o Estado existem como entidades distintas ou de que a poligamia é inaceitável, seus elementos podem ser encontrados em todo o Ocidente. Mesmo escrever em uma língua ocidental é usar palavras permeadas de conotações cristãs. "Religião", "secular", "ateu" – nenhuma dessas palavras é neutra. Todas elas, embora derivem do passado clássico, trazem consigo o legado da cristandade. Falhar em entender isso é correr o risco de anacronismo. Por mais vazios que estejam os bancos das igrejas, o Ocidente permanece firmemente atracado a seu passado cristão.

Há dúvidas, como há sempre na historiografia de personagens tão distantes no tempo, se Paulo passou toda sua infância em Tarso. Fato é que se mudou para Jerusalém, tendo seguido orientação intelectual de um dos mais importantes doutores da lei, Gamaliel. A partir de uma formação profunda nas escrituras, da cultura grega, e do idioma aramaico Paulo seguiu a tradição farisaica, a elite judaica, portanto, para a interpretação dos ensinamentos da primeira religião monoteísta abraâmica, um setor da sociedade de fundamental importância, seita de grande oposição ao advento

¹⁸ Tom Holland, 2022, pp. 24/25.

de Jesus, como se sabe, um judeu¹⁹ (Gálatas 1:14; Filipenses 3:5,6)²⁰. O santo, em verdade, também era um intelectual.

Judeu também, mas com cidadania romana, é no livro imediatamente posterior aos Evangelhos que se dão as primeiras aparições de São Paulo, em Atos dos Apóstolos e menções como inimigo dos primeiros cristãos e depositário das vestes do primeiro mártir da Igreja. Tradicionalmente atribuído a Lucas, o livro traz o apedrejamento de Estêvão²¹ e o depósito posterior de suas vestimentas aos pés de Saulo. Depois disso, Saulo é citado como importante autoridade romana na perseguição dos primeiros discípulos de Jesus.

Ainda em Atos, se dá a famosa e paradigmática conversão de Saulo, a caminho de Damasco²², quando ele sofre uma queda após ser ofuscado por uma forte luz, perde a visão, ouve a voz de Jesus, epígrafe deste artigo, é encaminhado para Damasco e lá, após ser curado espiritualmente pela intersecção de Ananias, ele se converte ao cristianismo e inicia seu papel fundamental:

1 E Saulo, respirando ainda ameaças e mortes contra os discípulos do Senhor, dirigiu-se ao sumo sacerdote.

2 E pediu-lhe cartas para Damasco, para as sinagogas, a fim de que, se encontrasse alguns deste caminho, quer homens quer mulheres, os conduzisse presos a Jerusalém.

3 E, indo no caminho, aconteceu que, chegando perto de Damasco, subitamente o cercou um resplendor de luz do céu.

4 E, caindo em terra, ouviu uma voz que lhe dizia: Saulo, Saulo, por que me persegues?

5 E ele disse: Quem és, Senhor? E disse o Senhor: Eu sou Jesus, a quem tu persegues. Duro é para ti recalcitrar contra os agulhões.

6 E ele, tremendo e atônito, disse: Senhor, que queres que eu faça? E disse-lhe o Senhor: Levanta-te, e entra na cidade, e lá te será dito o que te convém fazer.

7 E os homens, que iam com ele, pararam espantados, ouvindo a voz, mas não vendo ninguém.

¹⁹ ¹⁴ E na minha nação excedia em judaísmo a muitos da minha idade, sendo extremamente zeloso das tradições de meus pais.

²⁰ ⁵ Circuncidado ao oitavo dia, da linhagem de Israel, da tribo de Benjamim, hebreu de hebreus; segundo a lei, fui fariseu;

⁶ Segundo o zelo, perseguidor da igreja, segundo a justiça que há na lei, irrepreensível.

²¹ ⁵⁸ E, expulsando-o da cidade, o apedrejavam. E as testemunhas depuseram as suas capas aos pés de um jovem chamado Saulo.

⁵⁹ E apedrejaram a Estêvão que em invocação dizia: Senhor Jesus, recebe o meu espírito.

²² No exato momento em que estou escrevendo este artigo, Damasco está sendo tomada por lideranças rebeldes ao regime Sírio do ditador Bashar Al Assad.

⁸ E Saulo levantou-se da terra, e, abrindo os olhos, não via a ninguém. E, guiando-o pela mão, o conduziram a Damasco.

⁹ E esteve três dias sem ver, e não comeu nem bebeu.

¹⁰ E havia em Damasco um certo discípulo chamado Ananias; e disse-lhe o Senhor em visão: Ananias! E ele respondeu: Eis-me aqui, Senhor.

¹¹ E disse-lhe o Senhor: Levanta-te, e vai à rua chamada Direita, e pergunta em casa de Judas por um homem de Tarso chamado Saulo; pois eis que ele está orando;

¹² E numa visão ele viu que entrava um homem chamado Ananias, e punha sobre ele a mão, para que tornasse a ver.

¹³ E respondeu Ananias: Senhor, a muitos ouvi acerca deste homem, quantos males tem feito aos teus santos em Jerusalém;

¹⁴ E aqui tem poder dos principais dos sacerdotes para prender a todos os que invocam o teu nome.

¹⁵ Disse-lhe, porém, o Senhor: Vai, porque este é para mim um vaso escolhido, para levar o meu nome diante dos gentios, e dos reis e dos filhos de Israel.

¹⁶ E eu lhe mostrarei quanto deve padecer pelo meu nome.

¹⁷ E Ananias foi, e entrou na casa e, impondo-lhe as mãos, disse: Irmão Saulo, o Senhor Jesus, que te apareceu no caminho por onde vinhas, me enviou, para que tornes a ver e sejas cheio do Espírito Santo.

¹⁸ E logo lhe caíram dos olhos como que umas escamas, e recuperou a vista; e, levantando-se, foi batizado.

¹⁹ E, tendo comido, ficou confortado. E esteve Saulo alguns dias com os discípulos que estavam em Damasco.

²⁰ E logo nas sinagogas pregava a Cristo, que este é o Filho de Deus.

²¹ E todos os que o ouviam estavam atônitos, e diziam: Não é este o que em Jerusalém perseguia os que invocavam este nome, e para isso veio aqui, para os levar presos aos principais dos sacerdotes?

A Paulo é atribuída, nada obstante não ter pertencido ao grupo inicial dos 12 apóstolos, a escritura de nada menos que quase a metade do Novo Testamento. Como um inimigo inicial se torna o principal discípulo? A surpresa de Ananias é grande, ele informa para Jesus sobre os poderes de perseguição de Paulo, sua autoridade para prender os cristãos, mas, de acordo com o Ato dos Apóstolos, Paulo é um vaso *escolhido* por Jesus, alguém, portanto, especial, com uma missão.

Robert Greene e Joost Elffers, em “As 48 Leis do Poder”²³, famoso compêndio de estratégia política, elenca como segunda lei do poder *não confiar demais nos amigos e aprender a usar os inimigos*. Segundo os autores, é preciso ter cautela com os amigos, não trabalhar com eles, dada sua maior suscetibilidade à inveja e à traição. Ao revés, um ex-inimigo contratado trará mais lealdade, em razão de sua necessidade de provar mais gratidão e adquirir confiança. Narra, como ilustração, a aliança havida

²³ Greene, R.; Elffer, J. , 2000, p. 39.

entre Talleyrand e Fouché, inimigos mortais na França do início do século 19, com o intuito de conspirar em desfavor de Napoleão:

Seus inimigos, por outro lado, são uma mina de ouro escondida que você deve aprender a explorar. Quando, em 1807, Talleyrand, o primeiro-ministro de Napoleão, concluiu que seu chefe estava levando a França à ruína e que chegara a hora de se voltar contra ele, compreendeu os perigos de conspirar contra o imperador; ele precisava de um parceiro, um confederado - em que amigo ele poderia confiar num projeto como esse? Ele escolheu Joseph Fouché, chefe da polícia secreta, seu inimigo mais odiado, um homem que até havia tentado fazer com que ele fosse assassinado. Ele sabia que o ódio antigo entre os dois criaria uma oportunidade para uma reconciliação emocional. Ele sabia que Fouché não esperaria nada dele, e de fato se esforçaria para provar que era merecedor da escolha de Talleyrand; uma pessoa que tem algo a provar moverá montanhas por você. Finalmente, ele sabia que este relacionamento com Fouché se basearia num interesse pessoal mútuo, e não estaria contaminado por sentimentos pessoais. A escolha se mostrou perfeita; embora os conspiradores não conseguissem depor Napoleão, a união desses parceiros poderosos, mas improváveis, gerou muito interesse pela causa; lentamente começou a se espalhar a oposição ao imperador. E, a partir daí, Talleyrand e Fouché tiveram um proveitoso relacionamento de trabalho. Sempre que possível, faça as pazes com um inimigo, e insista em colocá-lo a seu serviço.

Estratagem das grandes raposas, teria o próprio Jesus Cristo usado de uma tática que, mais tarde, seria, no senso comum, apontada como maquiavélica? É fundamental para a compreensão do presente texto, ter claro que religião e política somente se separaram na Modernidade e, porém, apenas no mundo Ocidental, entendido Ocidente mais como um conceito próximo de valores sócio-culturais do que geográficos, bem assim, que as divisas históricas são colocadas para nortear raciocínios, auxiliar na construção do pensamento, não são balizas fixas.

Em semelhante sentido, essa divisão não encontra amparo no Islã. Não houve Renascimento, Iluminismo, revoluções burguesas, Primavera dos Povos no mundo muçulmano, a terceira, em ordem de fundação, das três religiões abraâmicas, demonstrando, contemporaneamente, a convivência entre religião e política, algo também existente na cristandade até o advento da Modernidade e a chamada "Idade da Razão".

Obviamente, o movimento histórico não é linear, tem marchas e contramarchas, e hoje se observa uma tentativa, especialmente no campo das igrejas neopentecostais, de reaproximação, algo que já imaginávamos superado, em função do desenvolvimento do pensamento humano e no mundo muçulmano, mesmo em Estados não teocráticos como na Síria dos dias deste artigo, há uma busca pelo retorno a uma sociedade ainda mais ortodoxa, no Afeganistão dominado pelo Talibã, ou na já consolidada República Islâmica do Irã.

Miroslav Milovic²⁴, em *Política e Metafísica*, aborda o início do pensamento sobre a superação da conjunção política e religião, a partir do texto de Marsílio de Pádua:

Não existe uma fonte, uma inspiração religiosa ou metafísica, poderíamos dizer, para articular as questões do poder social e da política. A política ficou sem a metafísica. Isso é a ruptura com a tradição, que acontece neste livro de Marsílio de 1324. Ele não vai falar sobre a autonomia da política, como Maquiavel vai entender no início do século XVI. Nem vai falar sobre o príncipe ou de uma pessoa como a condição da integração social. Talvez neste ponto Marsílio supere Maquiavel. A fonte da política não é uma pessoa. A fonte dela é o povo. O povo está no início da política. Grande recado que se perdeu na história, infelizmente: "...o legislador ou a causa eficiente primeira e específica da lei é o povo ou o conjunto dos cidadãos...". A linguagem ainda é aristotélica, mas o recado supera a tradição. O povo é causa eficiente, o que faz a política e a paz social, que a igreja só perturba, é a causa final. O imperador pode só representar o povo e a religião pode ser só uma das atividades dessa representação. Acima dessa legislação não há nenhuma outra autoridade, conclui Marsílio. Ou, "nenhum governante tem a plenitude do poder... sem a autorização do legislador humano". Essa fonte humana da política, tão claramente exposta, em Marsílio de Pádua vai determinar a Modernidade.

O produto da conversão de São Paulo nos primórdios do cristianismo e as alianças políticas entre opostos, a despeito, portanto, de hoje serem consideradas esferas separadas da tradição humana, são reveladoras da complexidade, da transformação e da convivência entre contradições e poderiam ser consideradas sínteses hegelianas.

6. Conclusão.

O perdão e a conversão na política são manifestações humanas derivadas apenas do seu senso pragmático, do seu instinto de sobrevivência? Seria preciso um grande estudo, não apenas um ensaio, e uma vida inteira para responder a tal pergunta e a sacra alegoria metafórica de São Paulo, como pano de fundo, está a demonstrar que pode ser retirado do inimigo o mais proveitoso resultado não apenas pragmático, mas de fundo programático. O republicano Getúlio Vargas, não tivesse o apoio dos Federalistas, talvez jamais tivesse sido o estadista mais importante do Brasil no século 20. Admita-se que, em 1937, ele retoma sua forma positivista e instaura uma ditadura de inspiração fascista no Brasil.

A experiência de São Paulo pode ser comparada às dinâmicas das alianças políticas, que unem frequentemente grupos ideologicamente opostos em prol de

²⁴ Milovic, M., 2017, p. 38.

objetivos comuns. Ambas as situações podem envolver uma reconfiguração de identidades e valores ou simplesmente a busca pelo poder, mas, necessariamente, nas concessões, há certa reconfiguração, embora o exemplo de Paulo seja paradigmático de transformação radical.

Esse processo não foi apenas uma mudança de crença, mas uma reinterpretção total de sua identidade e propósito, algo nem sempre ocorrido nas alianças políticas. A experiência no caminho de Damasco simboliza o rompimento com a antiga vida e a adoção de um novo entendimento que transcende as convicções anteriores.

Brizola, eleito Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em 1958, assume o mandato em 1959 e depara-se com informações sobre o mandante do assassinato de seu pai, Victor Dumoncel. Com receio, o antigo Coronel da Guarda Nacional emite, por meio de mensageiros, sinais de medo de que pudesse ser perseguido por Brizola. Segundo Ricardo Osman, citado por Leite Filho²⁵, Brizola o teria perdoado:

Precisamente 37 anos depois da tragédia, Leonel Brizola teria através de mensageiros um curto diálogo com o coronel Victor Dumoncel, o comandante de Pedro dos Santos, naquele outubro em que José fora assassinado. Brizola já era governador do estado do Rio Grande do Sul, e Victor Dumoncel temia uma retaliação. Ele mandou dizer a Moncel que ficasse "tranquilo", mas fez um pedido: "Desejo apenas a garrucha e o revólver tomados de meu pai.

Os amálgamas políticos, muitas vezes, conseguem semelhante produto, onde inimigos viram amigos ou adversários, aliados. Getúlio que o diga:

26"O senhor tem inimigos?", perguntaria um dia o biógrafo Emil Ludwig a Getúlio. "Devo ter; mas não tão fortes que não possa torná-los amigos", responderia. "E amigos?", insistiria Ludwig. "Claro que os tenho; mas não tão firmes que não venham a se tornar inimigos", replicaria Getúlio.

Referências

Braga, Augusto Godoy. UM TAL ADÃO LATORRE: A DEGOLA NA REVOLUÇÃO DE 1893. Porto Alegre: Edigal, 2024.

Cunha, Flores da. A CAMPANHA DE 1923. Porto Alegre: Edigal, terceira edição, 2023.

²⁵ Leite Filho, FC., idem, p. 30.

²⁶ Neto, L., ibidem, p. 255.

Damin, Cláudio Júnior. TRISTE FIM DE GUMERCINDO SARAIVA: UMA INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A MORTE DO GENERAL MARAGATO. Passo Fundo: Acervus, 2024.

Ferreira Filho, Arthur. REVOLUÇÃO DE 1923. Porto Alegre: Edigal, segunda edição, 2023.

Fonseca, Roberto. HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL PARA JOVENS: NARRADA PELO ÍNDIO ROQUE TAVARES À BEIRA DE UM FOGO DE CHÃO. Porto Alegre, RS : AGE.

Freitas, Décio. O HOMEM QUE INVENTOU A DITADURA NO BRASIL. Porto Alegre: Sulina, 1998.

Gomes, Laurentino. 1889: COMO UM IMPERADOR CANSADO, UM MARECHAL VAIDOSO E UM PROFESSOR INJUSTIÇADO CONTRIBUÍRAM PARA O FIM DA MONARQUIA E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA NO BRASIL. 1. ed. - São Paulo: Globo, 2013.

Greene, Robert. AS 48 LEIS DO PODER; tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

HISTÓRIA ILUSTRADA DO RIO GRANDE DO SUL / Coordenação [de] Elmar Bones da Costa, Ricardo Fonseca [e] Ricardo Schmitt. Porto Alegre: RBS.

Holland, Tom. Domínio: O CRISTIANISMO E A CRIAÇÃO DA MENTALIDADE OCIDENTAL; tradução Alessandra Bonruquer. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Record, 2022.

Leite Filho, FC. EL CAUDILLO : LEONEL BRIZOLA: UM PERFIL BIOGRÁFICO. 1.ed. – São Paulo: Aquariana, 2008.

Milovic, Miroslav. POLÍTICA E METAFÍSICA. São Paulo: Editora Max Limonad, 2017.
Neto, Lira. GETÚLIO: DOS ANOS DE FORMAÇÃO À CONQUISTA DO PODER (1882-1930). 1. ed - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Pilar, Fabrício Batista de Oliveira. MEMÓRIAS DA REVOLUÇÃO DE 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, Edigal, segunda edição, 2021.

Reverbel, Carlos. MARAGATOS E PICA-PAUS - GUERRA CIVIL E DEGOLA NO RIO GRANDE – 2. ed. - Porto Alegre: L&PM, 1985, Porto Alegre – RS.

Teixeira, Mucio. A REVOLUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - ANTECEDENTES DA REVOLUÇÃO DE 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro- Editora, 2023.

Telles, Jorge. O DIÁRIO DE 1923: CRONOLOGIA DOS COMBATES. / JOSE NARCISO DA SILVEIRA ANTUNES. Porto Alegre: Martins Livreiro- Editora, 2023.

Villalba, Epaminondas. A REVOLUÇÃO FEDERALISTA NO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Edigal, 2017.

OUTRAS FONTES CONSULTADAS

¹GUEDES, Manuel. Saldanha da Gama na Revolução Federalista. Página Fronteira da Paz. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9816>. Acesso em: 8 jan. 2019

A NOITE DO BAMBU· THE BAMBOO NIGHT CORALIO BRAGANÇA PARDO CABEDA, https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/65887/noite_bambu_cabeda.pdf Versão revista e sensivelmente ampliada do artigo originalmente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, nº 132.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul/ Instituto Histórico e Geográfico RS. Vol 1, n. 1 (jan./mar. 1921) -Porto Alegre: IHGRGS, 1921 - Periodicidade irregular 1. História do Rio Grande do Sul. 2. Geografia do Rio Grande do Sul. I Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

<https://www.correiodopovo.com.br/blogs/h%C3%A1-um-s%C3%A9culo-no-cp/general-setembrino-de-carvalho-chega-no-rio-grande-do-sul-1.1405456> **General Setembrino de Carvalho chega no Rio Grande do Sul**. Correio do Povo do dia 20 de outubro de 1923. Acessado em 27.01.2025

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2019/09/quando-a-politica-tem-seus-dias-de-faroeste-ck12mgvee00zu01r2kijnwilo.html>. **Quando a política tem seus dias de faroeste**. Acessado em 27.01.2025

Luís Maximiliano Leal Telesca Mota é advogado e escritor. Diretor Jurídico do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal. Membro da Academia Brasileira de Letras e da Associação Nacional de Escritores e sócio correspondente da Academia de História de Canguçu. Conselheiro Seccional da OAB/DF para o triênio 25/27. Escreveu os romances “2047: A Revolução dos Dementes”, lançado em maio de 2022 pela Geração Editorial e “2038: A Instituição da Cleptocracia num Futuro não Muito Distante, pela Chiado, em 2016. Formado em Direito pela UFPel em 1997, Pós-graduado em Direito Processual Civil, em 2003, pelo UniCeub, e em Direito Penal e Processual Penal pelo IDP, em 2020. Foi Secretário-Geral Adjunto, Presidente do Tribunal de Ética e Disciplina, da Comissão de Direitos Sociais e Conselheiro da OAB/DF nos triênios 07/09 e 10/12. Foi, entre 2000 e 2017, representante da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre nos Tribunais Superiores e entre 2012 e 2019, Consultor da Confederação Nacional de Municípios. É diretor e apresentador do Programa Direito ao Ponto na Rádio Sucesso FM e Presidente do Instituto de Popularização do Direito – IPOD.